



Índice

- 01** Indígenas, quilombolas e organizações denunciam violações aos direitos humanos em Washington, Estados Unidos
- 02** Ministério Público recomenda suspensão das licenças para mineração no noroeste do Pará
- 03** Deputado estadual BIRA CORÔA: "Direitos dos povos e comunidades tradicionais é pauta de audiência pública"
- 04** Seminário sobre povos indígenas e quilombolas começa sexta-feira na UFGD
- 05** MPF/AM convoca audiência pública para debater direitos dos negros e quilombolas
- 06** Comunidade quilombola de Aceguá recebe materiais para construção de hortas e galinheiros
- 07** ONGs vão à CIDH pedir ao Brasil proteção de indígenas ameaçados
- 08** Questão indígena - Nesta quarta, produtores do MS realizam manifestação contra invasões de terras
- 09** Saúde itinerante realiza atendimento durante festival indígena
- 10** A saúde indígena continua sendo um direito manipulado
- 11** Programa voltado a indígenas leva Itaipu ao Benchmarking 2013
- 12** MPF/MS Tekoha 4 – Laranjeira Ñanderu: Barracos em mata de fazenda



- 13 Ribeirinhos afetados por usina fecham rodovia
- 14 Futuros jornalistas fazem viagem de estudos na Amazônia
- 15 Inspirados em Neymar, quilombolas do RN sonham ser jogadores
- 16 Indígenas vão resistir contra desocupação de terras em MS
- 17 OCAS CARAS: Secretaria vai gastar R\$ 1,5 milhão com Jogos Indígenas
- 18 Seminário: Centro de Formação Indígena Regiões Sul e Sudeste, de 28 de outubro a 01 de novembro
- 19 Comunidades indígenas realizam a I Feira de Economia Solidária
- 20 Comissão do Código de Mineração debate importância dos minerais estratégicos
- 21 Moka diz que Mato Grosso do Sul tem 79 fazendas invadidas por indígenas
- 22 Deputado de MS fala sobre conflitos indígenas no Estado
- 23 Corpos de família desaparecida em reserva indígena são encontrados
- 24 Frente aprova medidas para cumprimento de ações que garantam direitos indígenas
- 25 Associação das Quebradeiras de Coco de Codó é beneficiada com projeto da Cemar
- 26 [Índios Suruís integram elenco de espetáculo teatral em Cacoal](#)
- 27 Deputado chama ministro da Justiça de 'picareta' por enrolar questão indígena
- 28 Representantes da Funai prestam esclarecimentos sobre as demarcações
- 29 AGU comprova que terra Caramuru pertence aos índios Pataxós
- 30 Brasil denunciado, por Egon Heck
- 31 Ativistas que se opõem a projetos de desenvolvimento são criminalizados, alerta



[relatora da ONU](#)

- 32** [Medidas para garantir direitos de indígenas](#)
- 33** [Ribeirinhos da Terra do Meio discutem seus direitos](#)
- 34** [Desassoreamento do rio Jundiaí deve minimizar problemas com enchentes](#)
- 35** [Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia é apresentado em seminário na Noruega](#)

Indígenas, quilombolas e organizações denunciam violações aos direitos humanos em Washington, Estados Unidos

SÍTIO CIMI, 28.10.2013



Vítimas de violações de direitos, que representam os indígenas Guarani Kaiowá e o Quilombo Brejo dos Crioulos, apoiadas por organizações de direitos humanos, participarão de audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington (EUA), nesta terça-feira, 29, às 11 horas (horário de Brasília), sobre a situação dos defensores de direitos humanos no Brasil. A Audiência poderá ser acompanhada ao vivo pelo site da Organização dos Estados Americanos (OAS). Na foto ao lado, túmulo de criança Guarani Kaiowá atropelada em acampamento indígena às margens de rodovia no Mato Grosso do Sul.

Genito Gomes, liderança Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul e José Carlos Oliveira Neto, presidente da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos, darão depoimentos sobre as ameaças e intimidações de que são vítimas devido a luta em defesa do direito ao território. Estes dois casos representam a situação histórica de violações aos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. As organizações apoiadoras presentes são: Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Fian (Nacional e Internacional) e Justiça Global.

A liderança Guarani Kaiowá, Genito Gomes, da comunidade de Guayviry, situada no município de Aral Moreira (MS), que fica na fronteira com o Paraguai, também prestará depoimento. Nisio, seu pai, foi assassinado em 18 de novembro de 2011, quando a comunidade foi atacada por um grupo armado, envolvendo produtores rurais, advogados, organização sindical, políticos locais e empresa de segurança privada. Sobre este fato, está em trâmite Ação Penal na Justiça Federal de Ponta Porã, porém sem punição aos responsáveis apontados por inquérito do Ministério Público Federal (MPF).

A comunidade de Guayviry, além de não ter acesso ao território, condição básica para realização do direito humano à alimentação adequada, não tem acesso à água potável, pois a água do rio que abastece a comunidade está contaminada por agrotóxicos das plantações. A comunidade não tem acesso à educação, pois sem o território regularizado o município alega não ter o dever de prestar atendimento educacional. De igual forma, o atendimento à saúde com qualidade não é provido, e os indígenas vivem a mercê de "pistoleiros" contratados, visto que a localização geográfica é local oportuno para o trabalho de pistolagem (fronteira com Paraguai).

CONT.



Quilombolas

José Carlos de Oliveira Neto há 14 anos luta junto com a comunidade pela garantia do direito ao território, e desde então vem sofrendo ameaças e intimidações por parte de milícias a mando de fazendeiros. O quilombo de Brejo dos Crioulos, localizado no norte do Estado de Minas Gerais, é composto por cerca de 503 famílias que reivindicam o território que lhes foi sendo expropriado. As famílias quilombolas vivem em pequenas áreas que não garantem os direitos básicos das famílias, em especial à alimentação adequada.

"A audiência nos permitirá informar a Comissão o conflito agrário Brasil, em especial aos que se referem aos povos e comunidades tradicionais, homologação de territórios. (As ameaças) estão se intensificando devido a demora nos processos de titulação dos territórios. Este fato gera um choque entre o modelo de desenvolvimento econômico, baseado na expansão de monocultivos, que grila terras e a resistência dos povos e as comunidades tradicionais que estão mobilizados na defesa de seu direito ao território", afirmam as organizações que participarão na audiência.

As mesmas organizações ressaltam: "Devido a luta para garantir o acesso aos seus territórios ancestrais, estes povos tradicionais vem sofrendo uma série de ameaças e violências que tentam ser reparadas pelo Estado através de seus programas de proteção de defensores de direitos humanos. Os programas atuam nos casos de Genito e José, respectivamente aqueles organizados em nível federal e estadual, porém não tem sido capazes de dar a resposta necessária. Além do sucateamento que vem sofrendo nos últimos anos, os programas de proteção tem apresentado uma dificuldade em tratar o problema de fundo, sem o qual o risco não cessará. Problemas com seu lado mais operacional, como disponibilização de escolta, também tem sido constantemente relatados."

Contatos:

CIMI - Flávio Vicente Machado, Coordenador Regional del Conselho Indigenista Missionário (en Mato Grosso do Sul: +(67) 33845551/33845551 cimims@terra.com.br

Justiça Global - Eduardo Becker: +55 21 2544 2320, eduardo@global.org.br

FIAN Brasil - Jônia Rodrigues, Coordenadora do Programa de Seguimento de Casos de Violação ao Direito Humano à Alimentação Adequada: + 55 62 30924611 /81309943 jonia@fianbrasil.org.br

FIAN Internacional - Angélica Castañeda Flores, Coordenadora do Programa para América Latina de FIAN Internacional: +4962216530042 castaneda-flores@fian.org

Por favor una-se a nosso chamado para exigir que as autoridades Brasileiras não aprovem as propostas de lei retrocederão os direitos humanos básicos dos povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil assinando a petição disponível aqui (<http://www.fian.org/get-involved/take-action/campaigns/petition-to-brazilian-government/>).



Ministério Público recomenda suspensão das licenças para mineração no noroeste do Pará

SÍTIO RÁDIO RURAL DE SANTARÉM, 29.10.2013

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) e o Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA) encaminharam a órgãos públicos estaduais e federais recomendação para que sejam suspensas as licenças e autorizações expedidas para pesquisa ou concessão minerária nas unidades de conservação da região do alto rio Trombetas, nos municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, no noroeste do Estado, região conhecida como Calha Norte do Pará.

O Ministério Público recomenda que a concessão ou não de novas licenças só seja decidida depois da realização de consulta prévia, livre e informada com as comunidades tradicionais da região. A consulta prévia é determinada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

A recomendação para suspensão de atuais licenças e não concessão ou renovação de autorizações no platô Cruz Alta e em territórios quilombolas foi encaminhada na quarta-feira, (23), à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. A recomendação é válida para todas as licenças, quer as empresas de mineração tenham ou não autorização para pesquisa mineral ou concessão de lavra.

Assim que receberem oficialmente a recomendação, Sema, Ibama e ICMBio terão 30 dias para apresentarem resposta ao Ministério Público e informar a situação atual de concessão de licenças para a região de sete platôs (Cruz Alta, Cruz Alta Leste, Peixinho, Rebolado, Escalante, Jamari, Baroni) e da Floresta Estadual (flota) Trombetas.

À Fundação Cultural Palmares foi enviada também na quarta-feira recomendação para que seja dado início ao procedimento de realização de consulta prévia às famílias da região do platô Cruz Alta. As providências para o início da consulta devem ser tomadas em 15 dias contados a partir do recebimento da recomendação.

Caso os órgãos notificados não atendam às recomendações, o Ministério Público pode tomar outras medidas extrajudiciais ou providências judiciais necessárias para defender os direitos das comunidades.

Convenção 169 – Na recomendação, os procuradores da República Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes, Carlos Eduardo Raddatz Cruz e Ticiane Andrea Sales Nogueira e a promotora de Justiça Ione Missae da Silva Nakamura ressaltam que o licenciamento ambiental da pesquisa para fins de mineração é indispensável, “uma vez que implica em atividade que altera o meio ambiente natural e humano, especialmente a paisagem e a poluição de rios e demais recursos hídricos”.

CONT.



Por meio de relatos de diversas associações quilombolas e de organizações não governamentais como a organização não-governamental Comissão Pró-Índio de São Paulo, além de informações levantadas por meio de inquéritos e com o Ibama e ICMBio, o MPF/PA e o MP/PA constataram que as atividades de empresas de mineração na região estão sendo implementadas ou planejadas sem a realização da consulta prévia.

A recomendação lembra que o artigo 6º da Convenção 169 define que “os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim”.

Em seu segundo item, o mesmo artigo determina que “as consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas”.

O Ministério Público também ressalta que o artigo 15 da Convenção 169 institui, em seu item dois, que, em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes na terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras.

“Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades”, diz a convenção citada na recomendação.



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

Deputado estadual BIRA CORÔA: "Direitos dos povos e comunidades tradicionais é pauta de audiência pública"
SÍTIO TVSAJ, 29.10.2013



Com o tema "Diga sim aos direitos dos povos e comunidades tradicionais", na próxima terça-feira (29) será realizada audiência pública com o objetivo de discutir a necessidade e importância da aprovação do Projeto de Lei 7447, que estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

O debate acontecerá na Assembleia Legislativa da Bahia, às 9h30. A audiência é promovida pela parceria entre o deputado federal Luiz Alberto, autor do Projeto de Lei, e a Comissão de Promoção da Igualdade da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado estadual Bira Corôa, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) e a Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ana Rosa Ribeiro, Assessoria e Comunicação, Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), Gabinete Deputado Bira Corôa (PT/BA)



Seminário sobre povos indígenas e quilombolas começa sexta-feira na UFGD

SÍTIO DOURADOS NEWS, 29.10.2013

O cineauditório da Unidade 1 da UFGD recebe nesta sexta-feira e sábado (1º e 2 de novembro) o Seminário Nacional sobre Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil, com a temática "O Estado contra as nações indígenas e quilombolas: a questão da terra". O evento é destinado a professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação.

O seminário, realizado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), contará com a presença de pesquisadores de todo o Brasil, em busca de parcerias para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos em Mato Grosso do Sul.

Nos dois dias, o evento terá início às 9 horas. Na sexta-feira, uma mesa formada por lideranças indígenas e quilombolas e representantes do ANDES-SN, seguida pela conferência "Terras indígenas e quilombolas no Brasil: conjunturas e perspectivas" abrirá o seminário. Na programação, estão previstas, ainda, mesas para debater a situação das terras indígenas e quilombolas no País e o envolvimento das universidades no tema, além de intervenções culturais.

O evento conta com o apoio da Associação dos Docentes da UFGD (ADUFDourados) e Associação dos Docentes da UEMS (Aduems).



MPF/AM convoca audiência pública para debater direitos dos negros e quilombolas
SÍTIO CEDEFES, 29.10.2013

Evento será realizado no próximo dia 19 de novembro, às 9h, na sede do MPF/AM, em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra

Os direitos e interesses dos negros e das comunidades quilombolas no Estado do Amazonas estarão em discussão no próximo dia 19 de novembro, em audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM). O evento está programado para ocorrer a partir das 9h, na sede da instituição, com a participação de movimentos sociais, cidadãos e autoridades de órgãos públicos ligados à temática a ser discutida.

O evento faz parte da programação do “+ Quilombola”, iniciativa criada pelo MPF/AM em alusão ao mês da Consciência Negra. Ao longo de todo o mês de novembro serão realizadas reuniões, visitas a grupos de remanescentes de quilombos que vivem no Amazonas e discussões relacionadas aos direitos dos negros e das comunidades quilombolas do Estado. A audiência pública ocorrerá na véspera do Dia Nacional da Consciência Negra, dia 20 de novembro.

Os interessados em participar da audiência deverão realizar inscrição prévia por meio do telefone (92) 2129-4750 ou pelo e-mail oficilcivel5@pram.mpf.gov.br, informando nome completo, entidade ou órgão público a que eventualmente esteja vinculado e se há interesse em fazer manifestação oral durante o evento. As inscrições serão limitadas de acordo com a capacidade física do auditório da PR/AM. Caso ainda haja vagas disponíveis no dia da audiência, será permitida a participação de pessoas que não realizaram inscrição prévia.

O debate será coordenado pelo procurador da República Julio José Araujo Junior. Serão formalmente convidados para o debate representantes de movimentos sociais e associações ligados à temática dos negros e comunidades quilombolas do Amazonas, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Fundação Palmares, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional de Reforma Agrária, Secretaria de Estado da Justiça, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Manaus e da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil.

Comunidade quilombola de Aceguá recebe materiais para construção de hortas e galinheiros

SÍTIO EMATER/RS, 29.10.2013



Nesta terça-feira (29/10), a Comunidade Quilombola da Lata, na localidade da Vila da Lata, em Aceguá, recebeu telas, barrotes, caibros, telhas, pregos e parafusos para fazer o cercamento de hortas e galinheiros. A entrega do material foi realizada pela Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), através da Coordenadoria Regional da Campanha, Emater/RS-Ascar, com apoio da Secretaria de Obras de Aceguá, beneficiando 16 famílias.

O material foi viabilizado pela Coordenadoria

Regional da SDR, com recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), a partir do projeto de crédito elaborado pela Emater/RS-Ascar. O valor do projeto é de R\$ 13.635,60.

Conforme um dos beneficiários, Hermes Ferreira, que receberá 130 metros de tela para cercamento da horta, o material traz segurança para a plantação. Ferreira, que já planta alface, repolho e outros alimentos para consumo da família, garante que a horta ficará protegida dos animais com a utilização da tela. Na casa de Ferreira moram 11 pessoas que se beneficiarão com os alimentos produzidos na horta. Já a senhora Gleci Lima Diogo afirma que sem o recurso não teria como adquirir o material. "Estou muito alegre. Na horta não tinha tela e eu não teria como comprar".

Segundo a extensionista da Emater/RS-Ascar Roberta Medina, o material deverá ter finalidade produtiva. Roberta explica que a demanda surgiu em 2012, quando a comunidade demonstrou interesse em diversificar a alimentação e aumentar o potencial produtivo da localidade.

O representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Aceguá, Albérico Muniz, falou que trabalhos como este são importantes, pois geram renda para as famílias e agregam valor aos produtos. "A Prefeitura apoia ações para o desenvolvimento", conclui.

Assessoria de Imprensa Emater/RS-Ascar – Regional de Bagé
Jornalista Franceli Couto
fcouto@emater.tcche.br
(53) 3242-6269



ONGs vão à CIDH pedir ao Brasil proteção de indígenas ameaçados

SÍTIO BOL, 29.10.2013

WASHINGTON, 29 Out 2013 (AFP) - Organizações não-governamentais pediram nesta terça-feira à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que o Brasil reforce a proteção dos líderes indígenas ameaçados por fazendeiros, ou policiais.

"Eu sou um sobrevivente. Pistoleiros a mando de fazendeiros mataram meus pais a tiros e ainda estão soltos", disse Genito Gomes, um líder do grupo guarani-kaiowá, que vive no Mato Grosso do Sul.

O depoimento de Gomes, lido com alguma dificuldade em português, foi o momento mais emocionante da sessão na sede da CIDH, em Washington. Para ele, a origem da violência contínua contra essas lideranças tem a ver com a resistência do governo federal a acelerar a demarcação de terras indígenas e com a impunidade de que gozam os latifundiários.

"Agora, o governo negocia com nossas vidas, porque não demarca nossos territórios e permite a exploração ilegal" de recursos naturais dessas terras, afirmou Gomes.

Depois da audiência, Gomes disse à AFP que a intenção de apresentar a situação na CIDH é levar o governo a reforçar a proteção dos líderes indígenas.

Isso se torna necessário, segundo ele, "para que não haja mais violência, para que não haja mais matanças, que não haja mais índios morrendo. Os indígenas não podem desaparecer, porque são o coração do Brasil", disse Gomes à AFP.

Na audiência, a comissária da CIDH Dinah Shelton lembrou que o tema tem sido recorrente na comissão desde que se analisou a situação dos indígenas ianomâmis.

"De forma que estamos ouvindo sobre esse problema por 30 anos, e ainda ouvimos sobre o mesmo assunto. Os ataques continuam", alertou.

Igor Martine, coordenador do Programa de Proteção a Defensores dos Direitos Humanos, um órgão do governo brasileiro, disse que hoje 404 pessoas são beneficiadas por proteção policial, incluindo líderes indígenas, ambientalistas e ativistas da comunidade LGBT.

"Nosso desafio é garantir que os defensores dos direitos humanos podem continuar com suas atividades e sua militância com toda segurança", afirmou Martine.

Para Flavio Carvalho, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a falta de recursos para o programa de proteção faz que "se torne apenas um paliativo, não resolve o problema".

"Os kaiowá têm o maior número de líderes assassinados, e os criminosos continuam soltos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

Isso fortalece a impressão de que matar índios vale a pena", lamentou Carvalho.

De acordo com o CIMI, os registros de violência contra indígenas no Brasil aumentaram 273% no ano passado, em sua maior parte devido a conflitos pela propriedade de terras entre grupos indígenas e fazendeiros.



Questão indígena - Nesta quarta, produtores do MS realizam manifestação contra invasões de terras

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 29.10.2013

Nos últimos 15 dias, mais de 14 propriedades rurais foram invadidas por indígenas, da etnia Guarani-Kaiowá, no município de Japorã (MS). Em nota, o Sistema Famasul divulgou que, atualmente, existem mais de 79 áreas invadidas no estado. Do total, 21 foram ocupadas depois do acordo firmado entre produtores rurais e índios.

Diante desse cenário de insegurança, os produtores realizam nesta quarta-feira (30) uma mobilização na região de Iguatemi, contra a invasão das propriedades. Segundo o presidente do Sindicato Rural do município, Hilário Parisi, o objetivo da manifestação pacífica é chamar a atenção das autoridades e da população para o problema da questão indígena.

“A situação preocupa os agricultores, não temos apoio jurídico e não há uma decisão para o impasse. Quem poderia tomar uma posição não decide. Estamos fragilizados, já que a questão indígena assombra os produtores. Então, iremos realizar a manifestação pedindo a indenização das propriedades que foram invadidas”, afirma Parisi.

Os produtores ficarão acampados na estrada, próxima aos municípios de Japorã e Iguatemi. Além disso, serão distribuídos panfletos para conscientizar a população local. Ainda na visão do presidente, a solução para o impasse depende de uma decisão por parte do Governo Federal.

Safra 2013/14 – Até o momento, as condições climáticas têm sido favoráveis ao cultivo da soja na região de Iguatemi. A expectativa é que a área semeada alcance 80% do total, que será plantado nesta safra. Os produtores esperam colher cerca de 120 sacas de soja por alqueire, o equivalente a 40 sacas por hectare. Ao contrário de algumas regiões do estado, como Laguna Carapã e Dourados, não há registro da Helicoverpa nas lavouras.

Fonte: Notícias Agrícolas // Fernanda Custódio

Saúde itinerante realiza atendimento durante festival indígena

SÍTIO DIARIODOVALE, 29.10.2013



SAMANDA Ayane Shanenawa, de 5 anos, é atendida por equipe do programa Saúde Itinerante - Foto: Sérgio Vale

Durante o fim de semana, profissionais do Programa Saúde Itinerante atenderam visitantes e indígenas que participaram do XXI Festival Yawa, em Tarauacá. Clínico, ortopedista e uma enfermeira realizaram os atendimentos. "É uma grande importância para o povo", comenta Carla Sandra Brandão Shanenawa, que trouxe a filha Samantha Ayane, de 5 anos, que estava sentindo dores e febre. A criança foi atendida e medicada.

Keila Nunes, coordenadora adjunta do Saúde Itinerante, explica que, além dos profissionais e equipamentos, a equipe traz medicamentos dos mais básicos aos mais complexos. "Como é uma comunidade distante, de difícil acesso, a gente tem que estar preparado para tudo", diz.

Este ano já foram feitos quase 15 mil atendimentos por meio do Saúde Itinerante às pessoas que moram em lugares de difícil acesso. "A prevenção, a promoção de saúde, um trabalho que você faz de base, salvam muitas vidas", conclui Suely Melo, secretária de Estado de Saúde.

Celis Fabrícia

A saúde indígena continua sendo um direito manipulado

SÍTIO BLOG DO PEDROSA, 29.10.2013

Parece que ainda está bem longe de solução a questão da saúde indígena no Estado.



Nos dias 5 a 7 de fevereiro de 2013, houve a XIV Reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Maranhão (CONDISI/MA), realizada em Barra do Corda/MA. Esta reunião a composição final da Comissão Organizadora das Conferências Locais e Distritais de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (DSEI-MA). Daí para diante, só tumulto e equívoco.

A começar pelo formato do diálogo com os indígenas. Os recursos disponibilizados para a realização das conferências foram insuficientes. As 5 Conferências Locais foram realizadas no afogadilho, sem discussão, preparação ou sequer aviso prévio às comunidades. O que se viu foram os carros da FUNASA-SESAI correndo, nas próprias manhãs dos dias dessas Conferências Locais, para arregimentar às pressas indígenas. Na Conferência de Santa Inês, por exemplo, dois destes carros foram retidos nas aldeias da TI Pindaré, em protesto, retardando para a tarde o início dos trabalhos. O quórum evidentemente foi comprometido.

As convocações foram feitas por e-mail, como se índio tivesse acessibilidade facilitada à internet. As mensagens foram veiculadas no dia 12/10 para conferências que se realizaram nos dias 17 e 18 (apenas cinco dias de antecedência). Observe-se que as reuniões ordinárias do CONDISI-MA, que têm importância bem menor, são convocadas com antecedência mínima de dez dias. É evidente que os índios tiveram dificuldades para se encaixar nessa desorganização toda. A mobilização dos delegados a serem eleitos nas etapas locais para a etapa Distrital ficou irremediavelmente comprometida. Os prazos foram descumpridos, em vários momentos.

CONT.



Para quem não se lembra mais, durante 20 dias, em julho de 2013, mais de 300 indígenas se mobilizaram, ocupando o espaço público da sede do DSEI-MA, interditando a Estrada de Ferro Carajás, denunciando o descaso com a saúde em suas aldeias. Tiveram de fazê-lo para apenas conseguir negociar a realização de uma reunião com o Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Eles queriam apenas ser ouvidos.

Aproximadamente 1.000 indígenas, representando todos os povos indígenas no estado, participaram de audiência pública na OAB em 1/8/2013, com a presença da Comissão de Direitos Humanos daquela entidade e o Ministério Público Federal. Os índios denunciaram a gestão da saúde no Maranhão e a recusa do governo federal em ouvir suas reivindicações. Os índios morriam e continuam morrendo. Nada mudou.

Os índios continuam sendo completamente ignorados pela SESA, pelo DSEI-MA e pelo atual Presidente do CONDISI/MA, cuja atuação consiste apenas em manter privilégios para alguns caciques, em detrimento da grande maioria dos indígenas do Estado, que não acessam os recursos da saúde e morrem sem assistência nas aldeias.

Estivemos neste final de semana em duas Terras Indígenas (Pindaré e Araribóia) e constatamos que a questão da saúde indígena continua como antes. Não há médicos, não há remédios, não existem as tais equipes interdisciplinares.

Uma indígena sofreu um acidente em plena Festa do Mel e não havia nem na aldeia e nem nas proximidades condições para se fazer uma simples sutura em um corte que levaria três pontos. A solução seria recorrer ao município de Amarante. A indígena preferiu recorrer aos remédios que a tradição lhe permitia, como sempre.

Programa voltado a indígenas leva Itaipu ao Benchmarking 2013

SÍTIO CBN FOZ, 29.10.2013

A Itaipu foi indicada pelo programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas, uma iniciativa do Cultivando Água Boa que envolve mais de dois mil parceiros na região da Bacia do Paraná III (BP3).



A classificação obtida pela Itaipu no ranking será conhecida no dia da premiação. O anúncio será feito numa solenidade, no dia primeiro de agosto, em São Paulo.

A Itaipu concorre na categoria Políticas e Ferramentas de Gestão, na temática Cultura Indígena, com o case "Sustentabilidade Avá-Guarani". O programa da binacional abrange três comunidades (Ocoy, no município de São Miguel do Iguaçu, e Añete e Itamarã, em Diamante D'Oeste), que somam cerca de 1.400 indígenas.

A Itaipu foi vencedora em três edições do Benchmarking e, em outra, ficou com a terceira colocação. Em 2007, ficou em primeiro lugar com o case "Cultivando Água Boa na Bacia Hidrográfica"; em 2011, com "Gestão para Sustentabilidade no Espaço Rural"; em 2012, com "Gestão por Bacia Hidrográfica". Em 2009, ficou em terceiro lugar com case "Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade".

As ações do programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas incluem melhoria da infraestrutura, produção agropecuária, fortalecimento da diversidade cultural, estímulo à formação de parcerias e segurança alimentar e nutricional. As decisões são tomadas por um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

comitê gestor formado por lideranças indígenas, representantes da Itaipu e de instituições parceiras, como a Funai, prefeituras municipais, Ministério Público, governo do Paraná, Emater, Ibama e IAP.

O programa está a dez anos em execução e demonstra resultados expressivos, como a construção de mais de 100 moradias, casas de reza e centros de artesanato, postos de saúde e escolas, cascalhamento das estradas de acesso, entre outros.

O projeto também abrange iniciativas voltadas para a produção agropecuária nessas comunidades, como conservação do solo, doação de sementes, cabeças de gado e tanques-rede para a produção de peixes. A safra anual de mandioca, alimento tradicional na cultura guarani, chega a cerca de 150 toneladas nas três comunidades.

O cacique Daniel, líder da comunidade do Ocoy, atesta os ganhos em qualidade de vida graças ao programa. Segundo ele, 40% dos alimentos que as 150 famílias do Ocoy consomem são produzidos pela própria comunidade. E esse percentual deve aumentar ainda mais. A meta é chegar em 80% num curto espaço de tempo.

Outro aspecto importante do programa é o estímulo à preservação da cultura e do modo de ser guarani. Todo ano, próximo ao Dia do Índio, comemorado dia 19 de abril, cada comunidade celebra a Semana da Cultura Avá-Guarani, com mostras de danças, artesanato e plantas medicinais, entre outros temas.

Em 2009, com o apoio da Itaipu, foi gravado o DVD Tradição Avá-Guarani, um documentário sobre o dia a dia dessas comunidades e o trabalho dos grupos de corais indígenas.



MPF/MS Tekoha 4 – Laranjeira Ñanderu: Barracos em mata de fazenda
SÍTIO CEDEFES, 30.10.2013

Indígenas permanecem em área reivindicada por ordem judicial. Em área de reserva legal, comunidade espera retomada de seu tekoha. O documentário (assim como o texto abaixo) acima foi produzido pelo MPF/MS sobre a comunidade

A comunidade Laranjeira Ñanderu reivindica uma área localizada em Rio Brilhante, região da grande Dourados, como sendo um tekohá. Os 150 indígenas já ocuparam a área, foram retirados, instalaram-se na beira de estradas e, por fim, foram autorizados pela Justiça a continuar na terra, até que um estudo antropológico esclareça se a área é de ocupação tradicional pelo grupo guarani kaiowá. A comunidade está acampada na reserva legal da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança. O relatório de identificação e delimitação, o primeiro passo da demarcação de terras indígenas, já foi produzido mas ainda não foi publicado.

Em 2008, decisão judicial determinou que os índios desocupassem a área da fazenda, onde estavam acampados, até 3 de dezembro. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3) acatou pedido do Ministério Público Federal e estipulou um prazo de 120 dias para que a Funai oferecesse outro local para os índios.

Porém, em setembro de 2009 eles tiveram que deixar a área, após nova decisão judicial de reintegração de posse. Sem ter para onde ir, acamparam às margens da movimentada rodovia BR-163.

Após 2 anos, os índios voltaram a ocupar a área de mata da fazenda. Nova ordem de reintegração de posse em favor dos fazendeiros foi expedida mas, em março de 2012, o MPF conseguiu a suspensão da decisão. Porém, órgãos públicos tinham acesso restrito ao acampamento, já que a entrada havia sido bloqueada pelo proprietário da fazenda vizinha ao local ocupado. O bloqueio impedia o atendimento médico, distribuição de remédios e alimentos, apoio policial e até mesmo o transporte escolar. O MPF conseguiu assegurar na Justiça a entrada de órgãos assistenciais na comunidade.

A Justiça determinou a realização de perícia antropológica, que foi realizada em fevereiro de 2013.

Enquanto aguardam a solução do impasse a comunidade tem vivido em barracos provisórios montados no interior da reserva de mata da fazenda. Não há espaço para plantio e eles dependem das cestas básicas da Funai.

Diante das seguidas ordens de despejo, a comunidade elaborou uma carta, divulgada em 26 de janeiro de 2012:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

“Em primeiro lugar, queremos contar a todos os juízes e sociedades que estamos coletivamente em estado de medo, desespero e dor profundo, já sobrevivemos em situação mísera e perversa há várias décadas. Hoje nós compreendemos claramente que não temos mais chances de sobreviver culturalmente e nem fisicamente neste país Brasil, visto que em qualquer momento seremos despejados de nossa área antiga reocupada por nós, portanto estamos com muita tristeza. Não queremos ser despejados daqui. Em outro espaço de terra distante não seremos felizes e nem seremos seguros para mantermos a nossa vida e prática culturais vitais já fortalecidos e preservados aqui no pequeno espaço antigo Ñanderu Laranjeira”.

Comunidade indígena Laranjeira Ñanderu. Etnia guarani. Rio Brilhante-MS. Brasil. Vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação Social do MPF/MS em homenagem ao Dia do Índio. Saiba mais em Tekoha 4.

Fonte: MPF/MS



Ribeirinhos afetados por usina fecham rodovia

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 30.10.2013

Moradores de comunidades ribeirinhas e de pescadores próximas às obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, nas proximidades de Altamira, continuam interditando a rodovia BR-320 na manhã desta quarta-feira (30). O protesto que interdita a via foi iniciado ainda na noite de terça-feira (29).

Os manifestantes reclamam que as comunidades afetadas pelas obras não receberam indenizações pelos danos sofridos durante a construção e que não foi realizado um estudo da área afetada pelas obras e de remanejamento da população afetada.

Procurada pelo DOL, a Norte Energia, empresa responsável pela construção, afirmou que está ciente da manifestação, mas que ainda não possui um posicionamento sobre o caso.

(DOL)



Futuros jornalistas fazem viagem de estudos na Amazônia

SÍTIO PORTAL BRASIL, 30.10.2013

17 estudantes de jornalismo de dez faculdades de São Paulo conheceram a Amazônia e o trabalho das Forças Armadas na região

Futuros repórteres visitaram a Comara no município de Iauaretê (AM). Durante quatro dias, 17 estudantes de jornalismo de dez faculdades de São Paulo conheceram a Amazônia e o trabalho das Forças Armadas na região. A viagem de estudos, realizada entre os dias 20 e 25 de outubro, faz parte dos Projetos Repórter do Futuro, da OBORÉ, entidade que atua com comunicação popular; e Formadores de Opinião, do Exército Brasileiro (EB).

Os estudantes visitaram vários pontos estratégicos, como o Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV). Na localidade de Iauaretê, os futuros repórteres puderam conhecer o trabalho da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, a COMARA, além de entrar em contato com um pouco do dia a dia dos militares do Pelotão Especial de Fronteira do Exército Brasileiro.

Para os futuros jornalistas, o contato com a região amazônica foi um grande aprendizado sobre o papel das forças armadas e uma experiência de vida inesquecível. "Estou voltando para São Paulo muito mais humano, com um olhar diferenciado", analisou o estudante Eduardo Bezerra Rodrigues. "As populações ribeirinhas precisam desse apoio das Forças Armadas. Há lugares em que só a Força Aérea consegue chegar, achei isso muito importante", complementou a estudante Marcella Lourenzetto Santos.

Mais detalhes da viagem de estudos dos futuros repórteres na edição de novembro do Conexão FAB.

Fonte:
Força Aérea Brasileira

Inspirados em Neymar, quilombolas do RN sonham ser jogadores

SÍTIO G1, 30.10.2013



Jefferson, Jean e Azenilton: quilombolas do RN se inspiram em Neymar (Foto: Jocafl Souza)

A história é bem comum entre qualquer jovem brasileiro. Quem nunca pensou em se tornar um jogador de futebol profissional? Do interior do Rio Grande do Norte, um trio de garotos se inspira no craque Neymar para seguir carreira no esporte, com o sonho de ser reconhecido no mundo inteiro. Os irmãos Jefferson Michackson Fernandes, de 17 anos, e Jean Michel Fernandes, de 13; e o amigo Azenilton Seliomar dos Santos, de 17, integram uma escolinha de futebol na cidade de Parelhas, município da região Seridó do estado.

Não fosse pelo fato de sonharem com o futebol, uma coisa chama a atenção nos três. Os garotos são remanescentes de um quilombo, comunidade de descendentes de escravos da época colonial do país. A localidade, denominada de Boa Vista dos Negros, é composta por 36 famílias, reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desde 2011.

Questionados sobre qual é o melhor jogador na atualidade, os três têm a resposta na ponta da língua: "Neymar". O craque do Barcelona é uma das referências da Seleção Brasileira para a disputa da Copa do Mundo de 2014, no Brasil.

O mais novo, Jean, sonha em ver de perto Neymar fazendo dribles, passes e gols na Copa e espera um dia repetir os passos do camisa 10 da seleção.

CONT.

- Gostaria muito de ver um jogo dele. Sonho em assistir a um jogo do Brasil na Copa do Mundo com Neymar em campo - revela o garoto.



Ex-jogador Geová mantém escolinha em comunidade de Parelhas, RN (Foto: Jocafl Souza)

Os três fazem parte de um projeto esportivo coordenado pelo ex-jogador do Corinthians-RN, Geová Azevedo de Araújo, o "Escolinha de Futebol Parelhas". Segundo Geová, que faz um trabalho voluntário com equipes sub-14 e sub-17, os três são algumas das "pérolas" do projeto. Com a proximidade do Campeonato Potiguar, Jefferson e Azenilton podem aparecer em algum dos dez times que disputarão a competição.

- Para se tornarem pérolas, os garotos precisam treinar bastante. Todos têm a noção de que o futebol, aliado com os estudos, pode levá-los a muitos lugares. Jefferson e Azenilton já estão sendo observados por alguns olheiros..

Já recebemos alguns contatos e esperamos que eles estejam em campo no Estadual do próximo ano. Jean, apesar de mais novo, tem um futebol de muita qualidade - conta

O time da escolinha de Parelhas participou de torneio promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), dentro da programação da Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura (Cientec) da universidade, na última semana, em Natal.

Indígenas vão resistir contra desocupação de terras em MS

SÍTIO TRIBUNA MS, 30.10.2013

Em Japorã 3 mil guaranis foram "recrutados" para defender ocupação em área de 10 mil ha. Famasul contabiliza 21 fazendas tomadas após acordo



Indígenas e fazendeiros disputam área de 10 mil hectares na região sul de Japorã e Iguatemi / foto - reprodução

Grupo de indígenas que ocuparam nove fazendas na região de Japorã prometem resistir aos ataques. Eles afirmaram que foram alvo de tiros de metralhadoras e fuzis, no último domingo. O grupo acusa uma empresa de segurança que teria sido contratada por fazendeiros que tiveram as terras tomadas.

Os guaranis afirmam que a ocupação naquela região já "recrutou" mais de três mil indígenas, mas que se for necessário vão dobrar ou até mesmo triplicar o número.

"Se houver ataque nós vamos resistir. Será uma verdadeira guerra porque se matarem um de nós haverá sangue do outro lado também. Será olho no olho e dente por dente", destaca, observando que os mais de 50 tiros disparados pela suposta empresa teria acertado dois índios de raspão.

De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária do MS (Famasul) são 79 áreas ocupadas por indígenas no estado. Dessas, 21 áreas foram tomadas após o acordo firmado entre índios, fazendeiros e o Conselho Nacional de Justiça de que não haveriam novas invasões porque a

CONT.



União aceitou comprar terras e indenizar produtores em áreas comprovadamente indígenas.

Em relação a isto a comunidade indígena de Japorã afirmou que as novas ocupações naquela região não estão relacionadas ao acordo e que eles estariam atuando de forme independente.

“Não tivemos outra alternativa a não ser retomar as nossas terras de origem. Isto porque apesar das cartas que enviamos às autoridades, além dos apelos e da miséria com que vivem a comunidade indígena, nada foi feito nos últimos 10 anos. Nossas aldeias estão superlotadas e não há mais espaço nem para moradia. Não conseguimos oportunidade nem dentro e nem fora das aldeias. Nossas crianças são as que mais sofrem e por isto queremos um futuro melhor para elas”, destaca uma liderança que preferiu não se identificar.

Ele também afirmou que não há violência nas ocupações e que não estão interessados no gado deixado pelos produtores. “Nós pedimos para que eles desocupassem o local de forma tranquila. Se quiserem podem vir retirar o gado. Nós não vamos utilizá-lo pois entendemos que a carne está toda cheia de veneno”, destaca.

Ele disse ainda que o Ministério Público Federal e Polícia Federal estão no local acompanhando e monitorando a região e que até ontem a tarde o clima estava calmo entre índios e fazendeiros. O jornal contatou o Ministério Público Federal na tarde de ontem, mas até o fechamento dessa edição nenhum procurador havia se pronunciado a respeito das ocupações e riscos de conflitos agrários em Mato Grosso do Sul.

Em julho deste ano o Conselho nacional de Justiça sugeriu propostas que foram aprovadas por índios e fazendeiros. No entanto, o Governo Federal ainda não avançou na compra das áreas conforme sugestão do conselho. Enquanto isso, fazendeiros se dizem preocupados. Eles entraram na Justiça com um pedido de reintegração de posse das áreas, mas enquanto o caso está sendo analisado, a Justiça determinou que a Polícia Federal fique na região para evitar conflitos. Os fazendeiros só conseguem entrar nas propriedades que estão ocupadas pelos indígenas com escolta da Polícia Federal. Os trabalhadores rurais alimentam os animais que ficaram nas propriedades.

Dourados Agora
Lincoln Weiss

OCAS CARAS: Secretaria vai gastar R\$ 1,5 milhão com Jogos Indígenas

SÍTIO BARRA 1, 30.10.2013



O Governo de Mato Grosso irá gastar R\$ 1.504.777,00 com tendas, ocas e estrutura de sonorização para a realização da 12ª edição dos Jogos Indígenas do Estado.

Os gastos foram divulgados no Diário Oficial do Estado. Com relação à montagem de ocas, a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer vai gastar R\$ 614 mil. A empresa que prestará o serviço, J.C. Multieventos Ltda., foi contratada sob o regime de dispensa de licitação.

As ocas serão cenográficas, e denominadas de

"Sabedoria", "Digital" e "Preparação Intercultural". Haverá também os "Pórticos de entrada".

Já com relação aos gastos com banheiros químicos, tendas, alambrados, som palco e luz, a Secretaria de Esportes vai gastar R\$ 890 mil.



Seminário: Centro de Formação Indígena Regiões Sul e Sudeste, de 28 de outubro a 01 de novembro

SÍTIO CEDEFES, 30.10.2013

PROGRAMAÇÃO

Dia 28/10/2013 – Segunda-feira

Chegada dos/das participantes

19:30 – 23:00 – Jantar

Dia 29/10/2013 – Terça-feira

Mesas compostas por palestrantes convidados para contextualizar aspectos de gestão e formação

Manhã

7:30 – Café da manhã

8:00 – Credenciamento dos Participantes

8:30 – ABERTURA

- João Maurício Farias – Coordenador da CRLS/FUNAI

Processo de construção do Projeto GATI e aspectos de formação

- Robert Miller – Coordenador Técnico do Projeto GATI

- Romancil Gentil Cretã – Coordenador da ARPINSUL

9:00 – MESA 1

Experiências de formação para gestão ambiental e territorial

- Ana Elisa de Castro Freitas (UFPR)

- Maria Dorothea Post Darella (UFSC)

- Domingos Barros Nobre (UFF)

Moderador – Henyo Trindade Barretto Filho

10:30 – Intervalo

10:45 – MESA 2

Experiências em gestão ambiental e territorial em terras indígenas e demandas de formação

- Maria Inês Ladeira (CTI)

- Mariana Soares – (EMATER-RS)

- Diogo Oliveira – (FUNAI)

- Ignácio Kunkel – (Divisão Indígena da SDR – RS)

12:30 – Almoço

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

Tarde

14:00 – MESA 3

Experiências com implementação e gestão de centros de formação indígena

- Josias Mana Huni Kui: (Centro de Formação dos Povos da Floresta – CPI/AC)

- Lígia Raquel Rodrigues Soares: (Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hëmpejxà – CTI)

- Lúcio Flores: (Centro Amazônico de Formação Indígena – COIAB)

15:45 – Intervalo

16:00 – MESA 4

Processos em construção sobre formação e espaços de formação

- Rodrigo Venzon: Formação inicial em gestão ambiental e territorial no RS e o Instituto Estadual de Educação Indígena de Inhakorá

- Leosmar Antônio – os processos de discussão sobre formação continuada gestão ambiental e territorial no MS e as “casas de formação”

17:30 – Finalização dos blocos de palestras

Dia 30/10/2013 – Quarta-feira

Trabalhos em grupos: construção de propostas sobre modelos de centros de formação indígena para as regiões Sul e Sudeste

Manhã

7:30 – Café da manhã

8:30 – Divisão dos grupos de trabalho

10:30 – Intervalo

12:00 – Almoço

Tarde

14:00 – Continuidade dos trabalhos em grupo

15:45 – Intervalo

16:00 – Continuidade dos trabalhos em grupo

17:30 – Finalização das atividades

Dia 31/10/2013 – Quinta-feira

Apresentações dos resultados das construções de propostas dos grupos e debates sobre modelos possíveis

Manhã

7:30 – Café da manhã

8:30 – Início das apresentações das propostas

10:30 – Intervalo

12:00 – Almoço

Tarde

14:00 – Debates sobre as propostas apresentadas

15:45 – Intervalo



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

16:00 – Encaminhamento de modelos possíveis

17:30 – Finalização das atividades

Dia 01/11/2013 – Sexta-feira

7:30 – Café da manhã

Retorno dos participantes aos seus locais de origem

O jantar será oferecido para quem estiver hospedado no hotel do evento, nos dias 28, 29, 30 e 31 e o café da manhã nos dias 29, 30, 31/10 e 01/11.

Local:

Praia Brava Hotel

Rua Professor Ari Kardec Bosco de Melo, 64

Praia Brava

Florianópolis – SC



Comunidades indígenas realizam a I Feira de Economia Solidária

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 30.10.2013

SUEDA MARINHO

Começa hoje a primeira Feira de Economia Solidária realizada em Roraima. O evento é direcionado às comunidades indígenas da Região do São Marcos, no Município de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, Norte do Estado. A Feira está sendo realizada no Centro Makunaima, na BR-174, altura do km 180, e conta com a participação de 20 comunidades indígenas. A programação segue até o dia 1º de novembro com apresentações culturais, exposição de artesanatos, mercado de troca e comercialização de produtos confeccionados pelas comunidades entre outras atividades.

A ação está sendo promovida pelo Fórum Estadual Indígena de Economia Solidária de Roraima e a Comissão Indígena de Economia Solidária da região envolvida na promoção do evento. A Feira indígena de Makunaima, nome dado ao evento, tem como finalidade apresentar as diversas atividades produtivas desenvolvidas por essas comunidades, apresentando a economia solidária como um modo de produção sustentável.

Conforme Elielma Coelho, uma das organizadoras do evento, a realização da feira busca inserir em algumas comunidades indígenas que ainda vivem de agricultura familiar a forma de produção coletiva por meio da economia solidária. "Essa iniciativa tem como objetivo incentivar a produção sustentável como geração de renda para as comunidades indígenas da região do Alto São Marcos. Esperamos que esta sementinha dê frutos", disse Elielma.

Durante o dia, serão realizadas competições como: corrida com tora, arco e flecha, corrida de saco, entre outras. À noite haverá apresentação de bandas locais e danças indígenas. O local da comercialização será organizado de acordo com os diferentes seguimentos, com área da alimentação, área da produção agrícola, área do artesanato.

O QUE É – A Economia Solidária surgiu em razão das mudanças estruturais, no setor econômico e social, que ocorreram no mundo nas últimas décadas e acabaram por fragilizar o modelo tradicional de economia voltado ao capitalismo. Em Roraima, a UFRR vem desenvolvendo projetos e oficinas na área de Economia solidária desde 2007, quando começou o projeto da Incubadora que é um trabalho desenvolvido junto a comunidade sobre o sistema de trabalho cooperativo.

Conforme o professor de administração Emerson Arantes, que também é coordenador de projetos de geração de renda da Incubadora da Universidade Federal (UFRR), a Realização da Feira foi o primeiro passo para a implantação de outros projetos que contemplem todos os municípios do estado.

"Pense em um jeito de produzir, de vender, de consumir produtos, de oferecer e receber

CONT.



créditos, onde as pessoas não são movidas pela união, em vez de competição; há cooperação em vez de indiferença há solidariedade. E no lugar do autoritarismo de chefes ou patrões, há democracia com todos decidindo juntos e compartilhando igualmente o que se ganha ou se perde. Já encaminhamos projetos para desenvolvermos no próximo ano projetos em outras cidades do interior do estado”, disse Arantes.

Essa forma diferente de gerir trabalho e renda acontece por meio de associações, cooperativas, clubes de troca, redes e outros. Como por exemplo, grupos de doceiras, bordadeiras, cooperativas de catadores de produtos recicláveis. Todos se tornam responsáveis pelo desenvolvimento e pela gestão dos trabalhos e renda.

Desde 2003, o Brasil conta com um fórum nacional para o tema (Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES), integrando os empreendimentos de Economia Solidária, as entidades de assessoria e os Gestores Públicos. No mesmo ano foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com a missão de difundir e fomentar o assunto em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do FBES. (S.M)

Comissão do Código de Mineração debate importância dos minerais estratégicos
SÍTIO PORTAL ORM, 30.10.2013

Maior parte das reservas desses minerais, que são usados em indústrias de alta tecnologia, encontra-se em áreas de fronteiras ou indígenas



A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o novo Código de Mineração (projetos de lei 37/11 e 5807/13) promove audiência pública nesta quarta-feira (30), para debater a importância dos minerais estratégicos, como Nióbio e terras-raras, que são insumos para indústrias de alta tecnologia. A audiência será realizada no Plenário 14.

“Além dessa importância econômica, há também todo um envolvimento com as questões de soberania nacional, já que a maioria das reservas encontra-se nos limites de fronteiras do País, em áreas indígenas ou na Amazônia”, explica o relator do novo Código de Mineração, Edio Lopes (PMDB-RR), que pediu a realização do debate.

Foram convidados para a audiência o presidente do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), Fernando Lins; Diretor-geral da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Tadeu Carneiro; Consultor em finanças e em biomassa Adriano Benayon; Assessor da Presidência da Eletrobrás Eletronuclear e membro do Grupo Permanente de Assessoria da Agência Internacional de Energia Atômica, Leonam dos Santos Guimarães; e o consultor Legislativo da Câmara Paulo César Ribeiro Lima.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

Na reunião, também haverá debate sobre as propostas do Código de Mineração com o presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará, Zeferino Abreu Neto; e do sócio coordenador do Núcleo Ambiental, Minerário e de Terceiro Setor (NAMTS), Danilo Fernandez Miranda, por solicitação dos deputados Jaime Martins (PR-MG) e Gabriel Guimarães (PT-MG).

Fonte: Agência Câmara

Foto: Reprodução/ Internet

Moka diz que Mato Grosso do Sul tem 79 fazendas invadidas por indígenas

SÍTIO REGIÃO NEWS, 30.10.2013

De acordo com o senador, os índios da Aldeia Porto Lindo pedem a extensão de sua reserva de 1.649 hectares para 9.454 hectares.



Moka diz que Mato Grosso do Sul tem 79 fazendas invadidas por indígenas

Em discurso ontem (29), o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que o estado de Mato Grosso do Sul já tem 79 propriedades rurais invadidas por indígenas.

Algumas dessas invasões, disse o senador, datam da década de 1980. Na semana passada, segundo informou, nove fazendas foram invadidas por grupos de índios no município de Japorã.

- Na região, há 2.700 índios da etnia guarani-kaiowá. Segundo relatos da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, os índios

estão armados com arcos, flechas e foices. Eles causam destruição e geram medo nas sedes das fazendas – disse.

De acordo com o senador, os índios da Aldeia Porto Lindo pedem a extensão de sua reserva de 1.649 hectares para 9.454 hectares.

Moka disse que os senadores que integram a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) decidiram aprovar a convocação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para tratar da questão das reservas indígenas no país.

Na semana passada, lembrou Moka, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que as regras de criação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, não valem de maneira automática para criação de outras reservas.

Na interpretação do senador, a decisão é clara e impede que reservas já existentes tenham sua área ampliada sem que o governo compre as propriedades privadas que serão destinadas para esse fim.

- Está mais do que claro que lá no Mato Grosso do Sul as terras têm documento. Ninguém invadiu; ninguém grilou. Não é possível conviver com essa situação. Nós, do Mato Grosso do Sul, não concordamos com isso - afirmou o senador, acrescentando que os sul-mato-grossenses irão responsabilizar o ministro da Justiça pelos conflitos que vierem a surgir.

Deputado de MS fala sobre conflitos indígenas no Estado

SÍTIO NOTÍCIAS DA PECUÁRIA, 30.10.2013

O deputado estadual Marcio Monteiro se mostrou preocupado com o descaso do Governo Federal sobre a situação no Mato grosso do Sul.



Deputado estadual de MS, Marcio Monteiro.

A tribuna da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul foi palco, na manhã da última terça-feira (29), para debater a situação que o estado se encontra com as invasões de terras pelos índios.

Propriedade rurais em Japorã foram invadidas no último final de semana. O Deputado Estadual Marcio Monteiro, presidente do PSDB-MS, disse que a invasão não foi nenhuma surpresa. Indígenas já vinham sinalizando a ação de ocupação das propriedades e os produtores já haviam denunciado a possível

invasão as autoridades locais.

De acordo com a assessoria de imprensa, o deputado estadual Marcio Monteiro, presidente do PSDB-MS, se mostrou preocupado com o descaso do Governo Federal, "certamente num prazo muito curto vamos derrubar lágrimas por morte de um indígena ou de um branco, por falta de segurança".

"Não será nenhuma surpresa se surgirem notícias de novas fazendas invadidas. Estamos preocupados com as famílias que moram na região do Cone Sul. Onde estão os órgãos de segurança pública estadual e federal para manter a ordem e a segurança a população da região?", questiona o parlamentar.

O deputado reivindica que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública monitore a segurança no local e evite conflito de violência. Ele também questiona a inoperância da Polícia Federal. "A situação está evidenciando um conflito violento, é preciso ação preventiva na segurança dos moradores daquela região. O que a polícia está esperando?", disse Monteiro.



Corpos de família desaparecida em reserva indígena são encontrados

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 30.10.2013

As buscas se concentraram na região porque o último registro da viagem da família foi o uso do cartão de crédito em um posto de combustível de Rorainópolis, no sul de Roraima

Agentes da Polícia Rodoviária Federal encontraram em um lago, na altura do Km 235 da BR-174, no Amazonas, o carro no qual viajavam o casal Levy, 32 anos, e Gislaine Nascimento, 34, e o filho Ian Levy, de 6 anos. Os três estavam desaparecidos desde sexta-feira, no trajeto entre Boa Vista e Manaus.

Os corpos estavam no interior do veículo submerso. O lago fica na reserva dos índios Waimiri Atroari. De acordo com a PRF, as causas do acidente ainda são desconhecidas.

As buscas se concentraram na região porque o último registro da viagem da família foi o uso do cartão de crédito em um posto de combustível de Rorainópolis, no sul de Roraima, que faz limite com a terra indígena.

Frente aprova medidas para cumprimento de ações que garantam direitos indígenas
SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 30.10.2013



MONTEZUMA CRUZ
De Brasília

A Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas se reuniu hoje (29) pela manhã e aprovou medidas para que sejam cumpridas ações destinadas a garantir direitos dos povos indígenas assegurados na Constituição.

A Frente avaliou a decisão do STF a respeito dos sete embargos declaratórios apresentados na Petição 3388, relativos à decisão tomada em 2009 que manteve a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; tratou de visita à região, em Roraima, e sobre os trabalhos da Comissão Especial que discute o Projeto de Lei (PL 1610/96). O coordenador da Frente, deputado Padre Ton (PT-RO), fez também um relato do Encontro de Lideranças do Movimento Morogita/Kagwashiva, que na semana passada reuniu mais de 300 representantes de povos do Amazonas e Rondônia em Humaitá (AM).

A Frente irá encaminhar documento ao advogado geral da União, Luiz Adams, pedindo a revogação da Portaria 303. "A portaria, com a decisão do Supremo, tem de ser sepultada, revogada", salientou o deputado. A medida também já foi encaminhada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

Depois de ter acionado o Supremo Tribunal Federal com Mandado de Segurança para interromper a tramitação da PEC 215 - transfere do Executivo para o Legislativo a decisão final sobre demarcação de terra indígena -, a Frente irá agora acionar o procurador geral da República Rodrigo Janot a respeito da falta de reconhecimento do Estado brasileiro da tradicionalidade da ocupação indígena em terras já avaliadas pela Funai. "O ministro da Justiça precisa assinar portarias declaratórias pendentes, que tratam desse reconhecimento", diz Padre Ton.

A assessoria jurídica do CIMI lembrou que o MPF tem sido importante aliado para o cumprimento de procedimentos de demarcação de terras, e o representante da APIB lembrou que além de pedir a revogação da Portaria 303 a entidade pediu a demissão do chefe da AGU, Luiz Adams. Há consenso de que o governo, através da instituição, irá se utilizar do fato do STF não anular as condicionantes para impor condições nos processos de demarcação pendentes.

Da reunião participaram ainda representantes do mandato do senador Wellington Dias (PT-PI), da deputada Erika Kokai (PT-DF) e do Instituto Socioambiental (ISA).

Associação das Quebradeiras de Coco de Codó é beneficiada com projeto da Cemar
SÍTIO CORREIO CODOENSE, 29.10.2013



Reunião com executivos da Cemar

A Cemar está investindo em projetos sociais em todo o Estado. Cada região teve cidades contempladas em diversas áreas. No Leste Maranhense uma creche em Caxias e a Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu, em Codó foram os projetos vencedores.

A iniciativa deve mudar a vida das 180 pessoas vinculadas à instituição no município de Codó. A Companhia analisou os 22 projetos que recebeu durante o período de abertura do Edital de Seleção Pública, conferiu em campo a situação de cada um deles. Até chegar a aprovação dos projetos de Caxias e Codó, houve processo de seleção, onde ficaram 12

cidades e por fim as duas contempladas. No total a CEMAR irá investir mais de dois milhões de reais em projetos sociais em 2013/2014.

Na Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu de Codó, a Companhia vai investir 200 mil reais na melhoria da instituição para ampliar a produção das associadas. A ideia do projeto é gerar emprego e renda com a fabricação e comercialização dos produtos.

"A obra na Associação das Quebradeiras de Coco de Codó consiste na melhoria do salão, onde é feita a fabricação de sabão e a gente vai fazer também dois banheiros, vamos melhorar a estrutura do telhado, como Codó é uma cidade muito quente, vamos colocar uns exaustores no telhado pra melhorar a ventilação e vamos fazer também um laboratório para que possam fazer cada vez melhor os produtos que eles produzem aqui na Associação", disse o executivo da Cemar, Carlos Afonso Araújo Melo.

Na manhã desta terça-feira (29), a presidente da Associação, Aurea Maria, assinou o convênio com a Cemar que enviou uma equipe de executivos para explicar o fundamento do projeto e os critérios a serem cumpridos pela entidade depois da execução da obra que está prevista para iniciar em 2014.

"A previsão de início dessa obra é de fevereiro de 2014 e depois que iniciar a gente espera pela conclusão em quatro meses. Tem uma série de critérios que foi especificada no edital e dentre esses critérios a Associação conseguiu atender a todos esses critérios por isso que ela foi contemplada", concluiu Carlos Afonso.

CONT.



Em 2012, essa mesma parceria rendeu bons frutos, o investimento foi de um milhão de reais, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento do Estado. Em parceria com o BNDES, a CEMAR investiu em 4 grandes projetos sociais, incluindo a construção da Creche Escola Mãe Firmina em Bacabal, a reforma do centro e construção de quadras e playground no Centro Educacional São Raimundo Nonato, na cidade de Timon, a reconstrução, ampliação e equipagem da Associação Carente São Benedito do Bairro de Fátima, em São Luís e a ampliação, reforma e modernização de toda a estrutura da Associação Maranatha de Assistência Social – AMAS em Imperatriz.

Índios Suruí integram elenco de espetáculo teatral em Cacoal
SÍTIO FOLHA PIMENTENSE, 30.10.2013

*Montagem é feita por grupo de SP, responsável pelos ensaios na aldeia.
Apresentação acontece nesta quinta-feira, 30, no teatro municipal.*



Montagem é ensaiada por grupo teatral de São Paulo (Foto: Magda Oliveira/G1)

Nesta quinta-feira (31), índios paiter suruí, da aldeia gãmir, em Cacoal, apresentarão os espetáculo teatral 'Recusa' e o musical 'Xagai', ambos no teatro municipal da cidade. Um grupo de oito atores da companhia Balagan, de São Paulo, ensaiaram as montagens na própria aldeia, com a participação de oito índios. A peça conta histórias indígenas e o musical será na língua paiter suruí. Durante o espetáculo, todas as falas serão traduzidas simultaneamente para o português para que haja interação com a plateia.

A peça Recusa é encenada no Brasil desde outubro de 2012, já foi amplamente premiada

e é interpretada apenas por dois atores. Um dos atores que interpreta um indígena, Antonio Salvador, contou que a ideia de construir a peça nasceu no ano de 2008, quando leram uma notícia de jornal que contava a história de dois índios que se recusavam a conviver com brancos. Todo o projeto é patrocinado pela pró-reitoria de cultura e extensão da Universidade de São Paulo (USP).

Em 2011 o grupo esteve pela primeira vez a Cacoal, onde tiveram contato com os índios suruí. De acordo com a diretora do grupo Balagan, Maria Thaís, essa já é a terceira vez que a companhia vem ao município. Nas outras vezes o objetivo era incorporar as culturas indígenas o espetáculo. Esta será a primeira vez em que a companhia se apresentará na Região Norte e contará com a participação dos índios no elenco.

Para o líder indígena Joaton Pagater Suruí, essa representação da cultura indígena através do teatro é importante para manter as novas gerações atualizadas com as histórias dos povos. "Nossos jovens não reconhecem mais as tradições passadas pelos mais 'velhos'. Temos muitas coisas bonitas que precisam continuar vivas em nossas tradições", disse o líder. Joatan afirma que, para o projeto, as 35 famílias Suruí que vivem na aldeia Gãmir se envolveram.

Outra preocupação do indígena é com a atualização dos conteúdos escolares. Joatan, que é professor, acredita que as histórias contadas no espetáculo serão uma contribuição para as

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

escolas. “No espetáculo iremos falar da importância da nossa identidade e reforçar a nossa tradição na aldeia”, disse o indígena.

A entrada para assistir o espetáculo, que terá apresentação única, será a doação de um quilo de alimento não perecível. Em 2014 a companhia deve levar o espetáculo ‘Recusa’ para Porto Velho, Ji-Paraná e Altamira (PA).

Deputado chama ministro da Justiça de 'picareta' por enrolar questão indígena
SÍTIO JORNAL CORREIO DO SUL, 30.10.2013



Deputado Paulo Corrêa afirmou que o Governo Federal não cumpre o que fala

Com novas ocupações indígenas ocorrendo constantemente em propriedades rurais em Mato Grosso do Sul, os conflitos pela terra se agravaram e os ânimos na Assembleia Legislativa se exaltaram. No debate da questão, teve até deputado chamando o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de "picareta".

Lídio Lopes (PEN) ocupou a tribuna para denunciar que indígenas além da fronteira do Brasil tem sido recrutados para protestar em Mato Grosso do Sul. "Por que as Forças Federais na fronteira não impedem esta entrada? Tem que fiscalizar", criticou.

Em seguida, o deputado estadual Eduardo Rocha (PMDB) destacou que essa função seria da União e que quando o Estado tentou intervir, dois secretários e o governador foram acionados pelo Ministério Público Federal. "Então a União tem que salvaguardar o problema indígena", frizou.

"Semana que vem vamos assistir fatos lamentáveis que poderiam ser evitados", disse Junior Mochi (PMDB), preocupado com mais conflitos armados.

Um pouco mais exaltado, ocupou a palavra o deputado Paulo Corrêa (PR), que desafiou a presidenta Dilma Rousseff (PT) exigir segurança na fronteira ao governador André Puccinelli (PMDB).

"Manda a Dilma falar com o governador, quero ver se tem coragem. Porque o ministro da Justiça já esteve aqui e ele é um picareta. Para mim, quem dá palavra e não cumpre é um picareta. Quem fala que vai pagar e não paga é picareta", esbravejou.

Até mesmo o líder do PT na Assembleia Legislativa, Laerte Tetila, concordou que o ministro, mesmo com várias vindas ao Estado, não resolveu a situação. Já Mara Caseiro disse se sentir envergonhada por ser deputada e não conseguir manter a ordem no Estado.

"No sábado recebi a ligação do senhor Itamar, de Iguatemi (MS), que me ligou avisando da invasão dos índios em sua fazenda, mas não podemos fazer nada. A polícia já disse que não pode ir lá, por represálias do Ministério Público. A situação está incontrolável", concluiu.

midiamax



Representantes da Funai prestam esclarecimentos sobre as demarcações

SÍTIO RÁDIO PLANALTO, 30.10.2013



Na manhã desta quarta-feira, 30, o programa "Na ordem do dia" da Planalto AM ouviu os representantes da Funai, que vieram até a emissora para prestar esclarecimentos sobre as demarcações de terras, assunto que vem gerando bastante polêmica na região de Passo Fundo.

Participaram da conversa o Coordenador Regional da Funai, Roberto Perin, e o Procurador da Funai, Marcelo Zeni.

Confira abaixo a entrevista na íntegra.

<http://rdplanalto.com/noticias/2607/representantes-da-funai-prestam-esclarecimentos-sobre-as-demarcacoes>



AGU comprova que terra Caramuru pertence aos índios Pataxós

SÍTIO PORTAL BRASIL, 30.10.2013

A Advocacia-Geral da União (AGU) impediu, na Justiça, que fazendeiro obtivesse reintegração de posse de imóveis construídos em terra indígena

A Advocacia-Geral da União (AGU) impediu, na Justiça, que fazendeiro obtivesse reintegração de posse de imóveis rurais localizados no interior da Terra Indígena Caramuru-Catarina-Paraguaçu, no município de Pau Brasil/BA. Os procuradores comprovaram que o fazendeiro não era o legítimo possuidor das áreas.

A Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1), a Procuradoria Federal no estado da Bahia (PF/BA) e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio (PFE/Funai) recorreram de sentença que julgou procedente o pedido de reintegração de posse. As unidades da AGU esclareceram que as terras são tradicionalmente ocupadas por índios Pataxós e se encontram demarcadas de maneira administrativa desde 1938.

As unidades da AGU alegaram também que a comunidade indígena Pataxó obtém a posse em caráter permanente e o usufruto exclusivo dessas terras, o que exclui a ocupação de terceiros. Na ação, os procuradores sustentaram que é incabível o direito de reintegração de posse a favor do fazendeiro, conforme determina o parágrafo 6º, artigo nº 231, da Constituição Federal. "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, sem qualquer direito de indenização, salvo em relação às benfeitorias derivadas de ocupação de boa-fé", diz a defesa da AGU.

Ao analisar o caso, a 4ª Turma Suplementar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) destacou que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu anular todos os títulos de domínio de terra no estado da Bahia de áreas localizadas dentro da terra indígena. De acordo com o entendimento do STF, os terrenos são de propriedade da União e por isso as ações judiciais pendentes em que se discute o domínio ou a posse de imóveis situados em área reconhecida como reserva indígena devem ser "extintas sem resolução do mérito nos termos do artigo nº 267, inciso V, do Código de Processo Civil".

Com base no julgamento do Supremo, a Turma julgou extinto o processo iniciado pelo fazendeiro, sem resolução de mérito. "A terra objeto deste feito está compreendida no conceito de área tradicionalmente ocupada pelos índios. A área se encaixa no estabelecido pela ação cível originária 312/BA-STF", reconheceu a decisão.

A PRF1, a PF/BA e a PFE/Funai são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Fonte:

Advocacia-Geral da União

Brasil denunciado, por Egon Heck
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2013



A violação dos direitos das populações indígenas e tradicionais está sendo mais uma vez denunciado em fórum internacional

Desta vez a denúncia é pelas ameaças e violências constantes contra o povo Kaiowá-Guarani no Mato Grosso do Sul, em especial da aldeia de Guaiviry e a comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais. Representantes dessas duas comunidades estarão prestando depoimento hoje na sede da Organização dos Estados Americanos – OEA, na Comissão de Direitos Humanos.

Em suas grandes assembleias -Aty Guasu- os Kaiowá-Guarani têm afirmado repetidas vezes de que, diante da omissão ou ineficácia do Estado brasileiro em respeitar e tornar realidade os direitos humanos e constitucionais de seu povo lhes restavam apenas dois caminhos: a denúncia internacional e o retorno a seus territórios tradicionais.

Os quilombolas, que são mais de 5 mil comunidades em todo país, sofrem o mesmo processo. A quase total paralisação dos seus territórios é fator de crescentes violências contra esses povos e aumento das ameaças de morte. Além disso, seus direitos à terra são ameaçados por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, nº 4887/2003. A luta contra a PEC 215 e outras vêm unificando cada vez mais povos indígenas, quilombolas, ambientalistas e outros setores de luta na terra.

Desde Juruna

CONT.



Desde a década de 80, quando o Brasil foi denunciado pela prática de genocídio e etnocídio no IV Tribunal Russel, em Roterdã, Holanda, vem sendo levado a tribunais e instâncias Internacionais, como ONU – Organização das Nações Unidas e OEA – Organização dos Estados Americanos, pela violação dos direitos humanos, particularmente das populações tradicionais e povos indígenas.

Foram levados ao julgamento 5 situações de grave violação de direitos indígenas no Brasil Rio Negro (AM). A acusação foi feita pelo escritor Marcio Souza; Kaingang e Guarani de Mangueirinha – Acusação apresentada pelo Cimi-Sul – roubo das terras, etnocídio e roubo dos meios de existência dos povos Kaingang e Guarani; Nambiquara – Comissão de Defesa do Povo Nambiquara – etnocídio e Genocídio deliberado causado pela construção de uma estrada através do território indígena; Waimiri-Atroari – Acusação feita por Egydio Schwade – genocídio; construção de uma estrada e um projeto hidrelétrico em território indígena Yanomami – acusação feita por ARC/CCPY – território Indígena transformado em Parque de Reserva Nacional e assim explorado economicamente sem restrições.

Nos casos denunciados o Brasil foi acusado de etnocídio e genocídio, por ter violado, a Constituição do país, A lei 6001-Estatuto do Índio, o Convênio sobre a Prevenção e sanção do Crime de Genocídio, o Convênio concernente à Proteção e Integração dos Indígenas e outras populações tribais e semi tribais em Países Independentes.

A pergunta que fica é porque mais de três décadas depois dessa denúncia o Estado brasileiro ainda não superou a principal causa das violências e violações dos direitos humanos e étnicos desses povos, ou seja, regularizou e protegeu suas terras. Infelizmente, ao invés de reconhecer esse direito sagrado e fundamental, as iniciativas em curso vão no sentido contrário, ou seja, retirar os direitos da Constituição ou criar ainda mais empecilhos para cumprir a lei.

Povo Guarani, Grande Povo

Cimi, Brasília, 29 de outubro de 2013.

Ativistas que se opõem a projetos de desenvolvimento são criminalizados, alerta relatora da ONU

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2013



Cerca de 150 índios mundurukus, vindos do Pará, se reuniram em junho de 2013 na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, em protesto contra projeto do governo de construir uma usina hidrelétrica no Rio Tapajós. Foto: Antônio Cruz/ABr

ONU – Ativistas que se opõem a projetos de desenvolvimento em larga escala, como a construção de hidrelétricas, barragens e estradas, são muitas vezes “perseguidos, estigmatizados e criminalizados por fazerem o seu trabalho”, denunciou a relatora especial da ONU sobre os defensores de direitos humanos, Margaret Sekaggya.

Em seu último relatório, entregue à Assembleia Geral das Nações Unidas nesta terça-feira (29), ela afirma que, cada vez mais, os defensores dos direitos humanos são taxados de “antigovernistas” ou “inimigos do Estado”.

Eles também enfrentam ameaças de morte e agressões físicas, informou Sekaggya, acrescentando que, ao contrário do que muitos pensam, eles têm um papel importante no desenvolvimento das comunidades.

Relatora especial da ONU sobre os defensores de direitos humanos, Margaret Sekaggya. Foto: ONU/Jean-Marc Ferré

Relatora especial da ONU sobre os defensores de direitos humanos, Margaret Sekaggya. Foto: ONU/Jean-Marc Ferré

“É essencial que as comunidades e aqueles que defendem os seus direitos sejam capazes de participar ativamente, livremente e de forma significativa na avaliação e análise,

CONT.

planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de projetos de desenvolvimento”, observou.



Relatora especial da ONU sobre os defensores de direitos humanos, Margaret Sekaggya. Foto: ONU/Jean-Marc Ferré

Sekaggya pediu uma abordagem baseada em direitos, incluindo os princípios de igualdade e não discriminação, participação, proteção, transparência e prestação de contas. Segundo ela, a falta de transparência não só aumenta a vulnerabilidade dos defensores e das comunidades afetadas, como também mina seriamente a credibilidade e a legitimidade do Estado e da participação privada em tais projetos.

“Os Estados têm a obrigação de fornecer proteção para aqueles que reivindicam o seu direito legítimo de participar em processos de

decisão e manifestar a sua oposição a projetos de desenvolvimento em larga escala”, disse a relatora. “É essencial que aqueles que desejam relatar as preocupações e as violações dos direitos humanos possam fazê-lo com segurança”, concluiu.



Medidas para garantir direitos de indígenas

SÍTIO DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 30.10.2013

Para que sejam cumpridas ações com vistas à garantia dos direitos dos povos indígenas assegurados na Constituição Federal, a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas aprovou ontem uma série de medidas. Na ocasião, foi avaliada a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito dos sete embargos declaratórios apresentados na Petição 3.388, relativos à decisão tomada em 2009 que manteve a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; tratou da visita à região, em Roraima, e sobre os trabalhos da Comissão Especial que discute o Projeto de Lei 1.610/96, que trata da exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

O coordenador da Frente, deputado Padre Ton (PT-RO), fez também um relato do Encontro de Lideranças do Movimento Morogita/Kagwashiva, que na semana passada reuniu mais de 300 representantes de povos do Amazonas e Rondônia em Humaitá (AM). A Frente irá encaminhar documento ao advogado geral da União, Luiz Adams, pedindo a revogação da Portaria 303.

"A portaria, com a decisão do Supremo, tem de ser sepultada, revogada", salientou o deputado.

A medida também já foi encaminhada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Depois de ter acionado o Supremo Tribunal Federal com Mandado de Segurança para interromper a tramitação da PEC-215, que transfere do Executivo para o Legislativo a decisão final sobre demarcação de terra indígena – a Frente irá agora acionar o procurador geral da República, Rodrigo Janot, a respeito da falta de reconhecimento do Estado brasileiro da tradicionalidade da ocupação indígena em terras já avaliadas pela Funai. "O ministro da Justiça precisa assinar portarias declaratórias pendentes, que tratam desse reconhecimento", disse Padre Ton.

A assessoria jurídica do Cimi lembrou que o MPF tem sido importante aliado para o cumprimento de procedimentos de demarcação de terras, e o representante da Apib disse que além de pedir a revogação da Portaria 303 a entidade quer a demissão do chefe da AGU, Luiz Adams. Há consenso de que o governo, através da instituição, irá se utilizar do fato do STF não anular as condicionantes para impor condições nos processos de demarcação pendentes. (AI)



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

Ribeirinhos da Terra do Meio discutem seus direitos

SÍTIO URUATAPERA, 30.10.2013

O MPF realiza audiência pública, hoje, a fim de verificar se estão sendo respeitados os direitos das comunidades ribeirinhas em situação de isolamento nas Unidades de Conservação da Terra do Meio, localizada na bacia do rio Xingu, no sudoeste do Pará, entre os rios Xingu e Iriri. Será no auditório da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Altamira, das 14h às 18h. Estão convidados o prefeito e todos os vereadores de Altamira, representantes das pastas da Educação e Saúde dos governos municipal, estadual e federal, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ibama, da UFPA e do consórcio Norte Energia.

Desde 2007, o atendimento à saúde e à educação nas comunidades da Terra do Meio é motivo de ação judicial e inquéritos por parte do MPF. No edital de convocação da audiência, a procuradora da República Thaís Santi Cardoso da Silva ressalta que a omissão estatal no acesso a essas políticas tem gerado o deslocamento compulsório dos ribeirinhos aos núcleos urbanos, o que provoca a expropriação forçada de seus territórios tradicionais e a exposição desses grupos a situação de vulnerabilidade extrema. O edital também registra que a obra da UHE-Belo Monte acarretou mudança significativa na região, cujos impactos são sentidos não apenas nos núcleos urbanos. Leia a íntegra do edital aqui (http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/arquivos/Edital_Audiencia_Publica.pdf).

Desassoreamento do rio Jundiaí deve minimizar problemas com enchentes

SÍTIO G1 SOROCABA JUNDIAÍ, 30.10.2013

Obra deve durar mais dois meses. Trabalho envolve as cidades de Jundiaí, Várzea Paulista e Itupeva.



O trabalho de desassoreamento deve durar mais dois meses (Foto: Reprodução/TV Tem)

Para aumentar a capacidade de armazenamento de água e evitar o problema com enchentes, máquinas estão fazendo a limpeza do rio Jundiaí. O desassoreamento está sendo feito em Jundiaí (SP) e vai passar pelas cidades de Várzea Paulista e Itupeva (SP). O objetivo é aumentar a profundidade do rio para que suporte a água da chuva.

Sérgio Oliveira mora há 28 anos no Jardim Shangai, em Jundiaí. Ele já perdeu as contas de quantas vezes teve a casa invadida pela enchente. "Já perdi a geladeira, o armário da cozinha, o sofá novo que tinha comprado na

semana, veio a enchente e entrou dentro do plástico aquele lodo e não tem nem como limpar. Fora as roupas da gente, mantimentos que vem e leva tudo".

O desassoreamento está sendo feito nos trechos que vão de Jundiaí a Itupeva e Várzea Paulista. "Estamos mexendo exatamente nos bancos de areia que se formaram ao longo das margens do rio. Isso diminuiu a capacidade de vazão do rio e nós temos que devolver esse leito natural do rio", afirma o secretário de Serviços Públicos, Aguinaldo Leite.

O trabalho deve seguir pelos próximos dois meses. O objetivo é terminar tudo antes de começar a época de chuva. De acordo com o diretor da Comissão de Moradores de Áreas Ribeirinhas de Jundiaí, a limpeza é bem recebida por aproximadamente 6 mil moradores de seis bairros da região da Vila Rio Branco. "É pra toda cidade de Jundiaí porque uma cidade quando é vítima de uma catástrofe como o transbordamento do rio, esse é um relaxo da administração", avalia Egas Vieira Ceccato, diretor da Comajur.



Boletim de Notícias - Edição nº 198 / 2013

Brasília, 30 de outubro de 2013.

Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia é apresentado em seminário na Noruega

SÍTIO INSTITUTO CARBONO BRASIL, 30.10.2013

O IPAM participou nesta segunda-feira, 28, do seminário "Desmatamento e REDD + no Brasil, que está acontecendo?", realizado pelo Center for International Climate and Environmental Research – CICERO, em Oslo, na Noruega. O evento debateu o atual cenário do desmatamento no Brasil e a atuação do Fundo Amazônia para promover sua redução.

De acordo com os organizadores, o Fundo Amazônia é visto como um instrumento político importante para o financiamento de projetos que visam à redução do desmatamento. A Noruega é o maior contribuinte do Fundo Amazônia, que tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia.

Durante o seminário, o diretor-executivo do IPAM, Paulo Moutinho, destacou as experiências do Instituto através do Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia (PAS), financiado pelo Fundo Amazônia, e que tem suas ações voltadas para o desenvolvimento de um novo modelo produtivo para os assentamentos de reforma agrária no estado, com o desafio de consolidar uma política que seja ambientalmente sustentável e socialmente justa no bioma.

Paulo Moutinho destacou ainda diversas ações que podem levar a Amazônia ao desmatamento zero, como a consolidação de programas de REDD e a expansão do Programa de financiamento ABC e do Mercado de Carbono brasileiro. De acordo com Moutinho, é fundamental ainda, a valorização e a proteção dos direitos, inclusive territoriais, de povos indígenas e comunidades tradicionais. A intensificação de atividades produtivas, segundo Moutinho, pode também contribuir para um novo modelo de desenvolvimento onde não será mais necessário desmatar para produzir.

A programação do seminário foi todo dedicado ao debate da atuação do Fundo Amazônia e reuniu representantes de instituições e do governo federal brasileiro, assim como especialistas da área ambiental e organizações internacionais de fomento.